



Ministério da Saúde
Assessoria Especial de Assuntos Parlamentares e Federativos

OFÍCIO Nº 1933/2024/ASPAR/MS

Brasília, 24 de dezembro de 2024.

A Sua Excelência o Senhor

Deputado Federal Luciano Bivar

Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados

Referência: Requerimento de Informação nº 4128/2024

Assunto: Informações a respeito da notícia que pelo menos 11 estados e o Distrito Federal, enfrentam o desabastecimento de vacinas contra várias doenças.

Senhor Primeiro-Secretário,

1. Cumprimentando-o cordialmente, em atenção ao Ofício nº 404/2024, proveniente da Primeira Secretaria da Câmara dos Deputados, referente ao **Requerimento de Informação nº 4128/2024**, de autoria do Deputado Federal Gustavo Gayer - PL/GO, por meio do qual são requisitadas informações *a respeito da notícia que pelo menos 11 estados e o Distrito Federal, enfrentam o desabastecimento de vacinas contra várias doenças*, sirvo-me do presente para encaminhar as informações prestadas pelas áreas técnicas da Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente, por meio do Despacho (0045201730).
2. Desse modo, no âmbito do Ministério da Saúde, essas foram as informações exaradas pelo corpo técnico sobre o assunto.
3. Sem mais para o momento, este Ministério permanece à disposição para eventuais esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente,

SWEDENBERGER DO NASCIMENTO BARBOSA

Ministro de Estado da Saúde Substituto



Documento assinado eletronicamente por **Swedenberger do Nascimento Barbosa, Secretário(a)-Executivo(a)**, em 30/12/2024, às 20:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.saude.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0045210140** e o código CRC **B86B2E14**.

Referência: Processo nº 25000.175643/2024-12

SEI nº 0045210140

Assessoria Especial de Assuntos Parlamentares e Federativos - ASPAR
Esplanada dos Ministérios, Bloco G - Bairro Zona Cívico-Administrativa, Brasília/DF, CEP 70058-900
Site - saude.gov.br



Ministério da Saúde
Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente
Coordenação de Demandas de Órgãos Externos de Vigilância em Saúde

DESPACHO

SVSA/COEX/SVSA/MS

Brasília, 23 de dezembro de 2024.

À Assessoria Especial de Assuntos Parlamentares e Federativos (ASPAR/MS),

Assunto: Requerimento de Informação nº 4128/2024.

NUP/SEI N.º 25000.175643/2024-12

1. Trata-se do Despacho ASPAR/MS, de 28/11/2024 (0044655870), pelo qual a Assessoria Especial de Assuntos Parlamentares e Federativos encaminha o **Ofício nº 404/2024** (0044655852), que faz referência ao **Requerimento de Informação nº 4128/2024**, de autoria do Deputado Federal GUSTAVO GAYER - PL/GO, por meio do qual requisita a Senhora Ministra de Estado da Saúde, Nísia Trindade Lima, **informações a respeito da notícia que pelo menos 11 estados e o Distrito Federal, enfrentam o desabastecimento de vacinas contra várias doenças**, nos seguintes termos:

- 1- Quais são as causas principais para o desabastecimento de vacinas em tantos estados e no Distrito Federal?
- 2- Há problemas logísticos no processo de distribuição ou questões relacionadas ao fornecimento de vacinas por parte dos fabricantes? Quais ações o Ministério da Saúde está tomando para resolver essas falhas?
- 3- Qual é o impacto previsto desse desabastecimento nas campanhas de vacinação em andamento?
- 4- Como o Ministério está lidando com a interrupção na aplicação das vacinas e qual será o impacto na proteção coletiva da população, especialmente contra doenças como o sarampo e a rubéola, que já mostraram um aumento no número de casos devido à baixa cobertura vacinal?
- 5- Em relação à vacinação contra a Covid-19, qual é a estratégia do Ministério da Saúde para garantir a continuidade da imunização, especialmente em grupos vulneráveis e nas regiões mais afetadas?
- 6- A falta de vacinas pode afetar a continuidade da imunização e dificultar o controle de novas variantes do vírus. Como o Ministério pretende garantir que todos os cidadãos, especialmente os mais vulneráveis, continuem sendo vacinados de forma eficiente e oportuna?
- 7- Qual é a previsão para a regularização do fornecimento de vacinas, especialmente aquelas que estão com estoques críticos, como as vacinas contra meningite, pneumonia, HPV e outras doenças graves?
- 8- O Ministério possui um cronograma para resolver a escassez dessas vacinas e evitar que a interrupção da imunização leve a surtos e ao aumento de doenças preveníveis?
- 9- Como o Ministério da Saúde está comunicando e coordenando com os

- governos estaduais e municipais sobre o desabastecimento de vacinas?
- 10-Quais medidas estão sendo tomadas para garantir que as unidades de saúde sejam adequadamente abastecidas e para que não haja disparidade no acesso à vacinação entre as regiões do país?
- 11-O desabastecimento de vacinas contra doenças como o HPV pode comprometer os esforços do Brasil para reduzir o câncer cervical, especialmente entre adolescentes e jovens adultos. Quais estratégias o Ministério da Saúde tem para garantir que essa vacinação não seja prejudicada?
- 12-Há alguma ação específica em andamento para evitar o retrocesso nos programas de prevenção ao câncer e outras doenças graves, como meningite e pneumonia?
- 13-Quais são as alternativas sendo avaliadas pelo Ministério da Saúde para garantir a continuidade das campanhas de imunização, caso o desabastecimento persista por mais tempo?
- 14-O Ministério está considerando parcerias com outras instituições, organizações internacionais ou empresas para acelerar a produção e distribuição das vacinas que estão em falta?
- 15-Como o Ministério da Saúde garante que a população está sendo adequadamente informada sobre o desabastecimento e as medidas que estão sendo tomadas para mitigar os efeitos dessa crise?
- 16-A falta de informações claras pode gerar insegurança e desconfiança na população. Quais ações o Ministério está tomando para manter os cidadãos informados e evitar a disseminação de informações equivocadas?
- 17-Qual é a avaliação do Ministério da Saúde sobre o impacto dessa escassez de vacinas na população mais vulnerável, como crianças, idosos e pessoas com comorbidades?
- 18-Como o desabastecimento pode afetar especialmente esses grupos e quais medidas estão sendo tomadas para garantir que continuem recebendo a proteção necessária?
- 19-Quais medidas o Ministério está adotando para garantir que o Sistema Único de Saúde (SUS) tenha os recursos necessários para manter as campanhas de vacinação e combater os surtos de doenças evitáveis?
- 20-Existe algum plano de contingência caso o desabastecimento persista, para que as vacinas continuem a ser distribuídas de forma equitativa em todo o país?

2. A demanda foi direcionada ao Departamento do Programa Nacional de Imunizações (DPNI/SVSA), de modo que o referido Departamento exarou a manifestação constante da Nota Técnica Conjunta nº 259/2024-DPNI/SVSA/MS (0045075024) **respondendo aos quesitos acima**, conforme segue:

1 - QUAIS SÃO AS CAUSAS PRINCIPAIS PARA O DESABASTECIMENTO DE VACINAS EM TANTOS ESTADOS E NO DISTRITO FEDERAL?

Inicialmente, cumpre esclarecer que o Ministério da Saúde dispõe de orçamento garantido, contratos vigentes e cronogramas de entrega definidos com os fornecedores para todas as vacinas integrantes do calendário nacional de imunização. Ademais, realiza, de forma regular, o envio mensal de imunobiológicos aos estados, os quais são responsáveis por abastecer os municípios. Não se verifica, portanto, a existência de falta generalizada de vacinas no território nacional.

O Ministério da Saúde adota estratégias contínuas para assegurar o cumprimento do calendário vacinal e garantir a proteção da população. No entanto, ao longo do ano de 2024, a pasta enfrentou desafios pontuais, decorrentes de atrasos nas entregas por parte de fornecedores ou de questões relacionadas ao controle de qualidade dos produtos, o que ocasionou o contingenciamento temporário nos envios.

2 - HÁ PROBLEMAS LOGÍSTICOS NO PROCESSO DE DISTRIBUIÇÃO OU QUESTÕES RELACIONADAS AO FORNECIMENTO DE VACINAS POR PARTE DOS

FABRICANTES? QUAIS AÇÕES O MINISTÉRIO DA SAÚDE ESTÁ TOMANDO PARA RESOLVER ESSAS FALHAS?

Alguns fabricantes parceiros do Ministério da Saúde enfrentaram problemas de qualidade e questões regulatórias, o que resultou no atraso no cronograma de entrega e, conseqüentemente, na distribuição. Em resposta, o Ministério buscou outros parceiros com registros ativos no país e verificou a disponibilidade de fornecimento. Além disso, foram realizadas compras complementares por meio do Fundo Rotário/OPAS.

3 - QUAL É O IMPACTO PREVISTO DESSE DESABASTECIMENTO NAS CAMPANHAS DE VACINAÇÃO EM ANDAMENTO?

Conforme anteriormente exposto, não há desabastecimento de vacinas no Brasil. A distribuição contingenciada de determinados imunobiológicos decorre de situações imprevistas, tais como atrasos nos cronogramas de entrega ou questões relacionadas ao controle de qualidade dos produtos.

O Ministério da Saúde tem adotado medidas alternativas para atender à demanda nacional, incluindo a celebração de novas aquisições junto a fornecedores distintos e a implementação de esquemas vacinais substitutivos, com o objetivo de assegurar a continuidade das estratégias de vacinação em curso, sem prejuízo à proteção da população.

4 - COMO O MINISTÉRIO ESTÁ LIDANDO COM A INTERRUPÇÃO NA APLICAÇÃO DAS VACINAS E QUAL SERÁ O IMPACTO NA PROTEÇÃO COLETIVA DA POPULAÇÃO, ESPECIALMENTE CONTRA DOENÇAS COMO O SARAMPO E A RUBÉOLA, QUE JÁ MOSTRARAM UM AUMENTO NO NÚMERO DE CASOS DEVIDO À BAIXA COBERTURA VACINAL?

Destaca-se que, no ano de 2023, o Brasil registrou um aumento significativo nas coberturas vacinais, revertendo a tendência de queda observada desde 2016. Nesse período, 13 dos 16 imunobiológicos integrantes do Calendário Nacional de Vacinação apresentaram elevação em suas coberturas em comparação ao ano de 2022. Ademais, o país deixou de figurar entre as 20 nações com maior número de crianças não vacinadas.

No tocante às vacinas contra sarampo e rubéola, o Ministério da Saúde adquiriu 12 milhões de doses da vacina tríplice viral, promovendo a distribuição de 21 milhões de doses em 2024. Em relação à cobertura vacinal, a primeira dose registrou um aumento expressivo, passando de 80,7% em 2022 para 88,4% em 2023 e, até o momento, alcançando 92,3% em 2024. Como resultado desse esforço contínuo, o Brasil foi recertificado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como país livre do sarampo.

As estratégias de vacinação seguem em execução em todo o território nacional, de acordo com as orientações estabelecidas no Calendário Nacional de Vacinação. Nas hipóteses de contingenciamento de determinados imunobiológicos, têm sido implementados esquemas vacinais alternativos para assegurar a proteção da população.

O Programa Nacional de Imunizações (PNI) mantém o monitoramento constante do cenário epidemiológico das doenças preveníveis por vacinação, com vistas à adoção de medidas rápidas e eficazes, especialmente direcionadas aos grupos de maior risco, para interromper possíveis cadeias de transmissão. Como exemplo, cita-se o cenário do sarampo em 2024, no qual foram registrados quatro casos importados. A pronta resposta às ocorrências foi suficiente para conter a disseminação do vírus no território nacional.

5 - EM RELAÇÃO À VACINAÇÃO CONTRA A COVID-19, QUAL É A ESTRATÉGIA DO MINISTÉRIO DA SAÚDE PARA GARANTIR A CONTINUIDADE DA IMUNIZAÇÃO, ESPECIALMENTE EM GRUPOS VULNERÁVEIS E NAS REGIÕES MAIS AFETADAS?

O Ministério da Saúde, no âmbito da vacinação contra a COVID-19, assegura a universalidade e a equidade no acesso ao imunobiológico. Nesse sentido, adota critérios

técnicos para a definição dos públicos-alvo, considerando aspectos epidemiológicos, regionais e populacionais, a fim de promover uma distribuição eficiente e justa das vacinas. Assim, busca-se garantir que toda a população brasileira, independentemente de sua localização geográfica ou condição socioeconômica, tenha acesso ao imunizante, reafirmando o compromisso com a saúde pública e com a redução das desigualdades regionais no enfrentamento da pandemia.

6 - A FALTA DE VACINAS PODE AFETAR A CONTINUIDADE DA IMUNIZAÇÃO E DIFICULTAR O CONTROLE DE NOVAS VARIANTES DO VÍRUS. COMO O MINISTÉRIO PRETENDE GARANTIR QUE TODOS OS CIDADÃOS, ESPECIALMENTE OS MAIS VULNERÁVEIS, CONTINUEM SENDO VACINADOS DE FORMA EFICIENTE E OPORTUNA?

O Ministério da Saúde, consciente da importância da imunização para a proteção da população, especialmente dos grupos mais vulneráveis, tem adotado diversas medidas estratégicas para garantir a continuidade da vacinação de forma eficiente e oportuna.

De outubro a dezembro de 2024 foram distribuídas 3,7 milhões de doses aos estados, das quais há registro de 503 mil efetivamente aplicadas. O Ministério da Saúde concluiu recentemente um pregão para a aquisição de até 69 milhões de doses, o que será suficiente para atender à demanda nacional pelos próximos dois anos. As doses serão entregues de forma gradual, conforme a necessidade, por meio de uma ata de registro de preços, garantindo maior flexibilidade nas entregas e evitando compras excessivas e desperdício de vacinas. Na primeira quinzena de dezembro, foram distribuídas aos estados 1.634.990 doses da vacina Serum, destinadas ao público adulto, e 963.310 doses da vacina Pfizer, para crianças de 6 meses a 5 anos de idade, provenientes da execução inicial das atas de registro de preços vinculadas ao referido pregão.

7 - QUAL É A PREVISÃO PARA A REGULARIZAÇÃO DO FORNECIMENTO DE VACINAS, ESPECIALMENTE AQUELAS QUE ESTÃO COM ESTOQUES CRÍTICOS, COMO AS VACINAS CONTRA MENINGITE, PNEUMONIA, HPV E OUTRAS DOENÇAS GRAVES?

Não há desabastecimento de vacinas para meningite, pneumonia e HPV. Informa-se que as demandas das vacinas pneumocócicas foram 100% atendidas durante todo o ano de 2024, conforme solicitações pelas Unidades Federadas, enquanto as vacinas meningocócicas e HPV tiveram 100% de atendimento no mês de dezembro.

Com relação a vacina contra a varicela, o cronograma de entrega pactuado entre o Ministério da Saúde e o laboratório parceiro não foi executado conforme planejado, em razão de obstáculos relacionados à fabricação, o que resultou em dificuldades no abastecimento e culminou em um estoque crítico. Diante disso, visando mitigar o risco desabastecimento e como estratégia para atender a demanda reprimida, esta Pasta buscou outros fornecedores, o que garantiu 2.750.000 doses. Adicionalmente, foi celebrado contrato com um terceiro fornecedor, para o fornecimento de 5,5 milhões de doses estimando-se a normalização dos estoques até janeiro de 2025.

8 - O MINISTÉRIO POSSUI UM CRONOGRAMA PARA RESOLVER A ESCASSEZ DESSAS VACINAS E EVITAR QUE A INTERRUPÇÃO DA IMUNIZAÇÃO LEVE A SURTOS E AO AUMENTO DE DOENÇAS PREVENÍVEIS?

Conforme anteriormente exposto, não se verifica escassez de vacinas no território nacional. Eventuais distribuições contingenciadas de determinados imunobiológicos ocorreram em decorrência de situações imprevistas, tais como atrasos nos cronogramas de entrega por parte dos fornecedores ou questões relacionadas ao controle de qualidade dos insumos. Ressalta-se que tais situações foram objeto de medidas corretivas e monitoramento contínuo pelo Ministério da Saúde, a fim de mitigar os impactos e garantir a manutenção da cobertura vacinal da população.

9 - COMO O MINISTÉRIO DA SAÚDE ESTÁ COMUNICANDO E COORDENANDO COM OS GOVERNOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS SOBRE O DESABASTECIMENTO

DE VACINAS?

O Ministério da Saúde realiza mensalmente o envio de vacinas aos estados, que são responsáveis por abastecer os municípios. Não há falta generalizada de vacinas no Brasil. A Pasta adota estratégias contínuas para assegurar o cumprimento do calendário vacinal e a proteção da população. Essas ações são realizadas em constante diálogo com o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass) e o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems).

10 - QUAIS MEDIDAS ESTÃO SENDO TOMADAS PARA GARANTIR QUE AS UNIDADES DE SAÚDE SEJAM ADEQUADAMENTE ABASTECIDAS E PARA QUE NÃO HAJA DISPARIDADE NO ACESSO À VACINAÇÃO ENTRE AS REGIÕES DO PAÍS?

A gestão dos estoques estaduais de insumos estratégicos, incluindo o armazenamento e o abastecimento aos municípios, é de responsabilidade das Secretarias Estaduais de Saúde, nos termos da Portaria de Consolidação nº 4, Seção II – Dos Estados, Art. 9º, inciso XVII, in verbis:

Art. 9º Compete às Secretarias Estaduais de Saúde a coordenação do componente estadual dos Sistemas Nacionais de Vigilância em Saúde e de Vigilância Sanitária, no âmbito de seus limites territoriais e de acordo com as políticas, diretrizes e prioridades estabelecidas, compreendendo:

(...)

XVII - gestão dos estoques estaduais de insumos estratégicos de interesse da Vigilância em Saúde, inclusive o armazenamento e o abastecimento aos municípios, de acordo com as normas vigentes;

11 - O DESABASTECIMENTO DE VACINAS CONTRA DOENÇAS COMO O HPV PODE COMPROMETER OS ESFORÇOS DO BRASIL PARA REDUZIR O CÂNCER CERVICAL, ESPECIALMENTE ENTRE ADOLESCENTES E JOVENS ADULTOS. QUAIS ESTRATÉGIAS O MINISTÉRIO DA SAÚDE TEM PARA GARANTIR QUE ESSA VACINAÇÃO NÃO SEJA PREJUDICADA?

Não há evidência de desabastecimento de vacinas HPV. No início de 2024, o laboratório produtor enfrentou problemas de qualidade, causando atrasos no cronograma de entrega, mas que já foi sanado e os estoques estão reestabelecidos desde outubro.

Quantitativo de vacina HPV em estados e municípios

UF	ESTABELECIMENTO	SMS	UF	Total
⊞ Acre	3.318	5.685	1.865	10.868
⊞ Alagoas	4.348	18.773	42.624	65.745
⊞ Amapá	384	9.130	8.900	18.414
⊞ Amazonas	939	49.875	45.730	96.544
⊞ Bahia	63.277	98.101	27.573	188.951
⊞ Ceará	20.416	82.052	57.689	160.157
⊞ Distrito Federal	4.359	3.838	11.350	19.547
⊞ Espírito Santo	3.455	12.338	13.720	29.513
⊞ Goiás	12.599	22.201	11.880	46.680
⊞ Maranhão	21.688	71.813	26.310	119.811
⊞ Mato Grosso	34.547	14.686	13.910	63.143
⊞ Mato Grosso do Sul	22.475	23.885	15.122	61.482
⊞ Minas Gerais	126.516	151.030	75.164	352.710
⊞ Pará	47.549	69.221	30.550	147.320
⊞ Paraíba	10.585	22.462	41.764	74.811
⊞ Paraná	110.708	55.286	19.120	185.114
⊞ Pernambuco	42.646	75.006	11.997	129.649
⊞ Piauí	4.532	19.552	33.655	57.739
⊞ Rio de Janeiro	3.875	4.098	46.450	54.423
⊞ Rio Grande do Norte	9.707	7.083	26.735	43.525
⊞ Rio Grande do Sul	29.871	50.969	44.480	125.320
⊞ Rondônia	9.174	9.607	25.170	43.951
⊞ Roraima	7.486	3.871	4.492	15.849
⊞ Santa Catarina	38.885	25.212	30.962	95.059
⊞ São Paulo	155.630	292.121	195.060	642.811
⊞ Sergipe			19.770	19.770
⊞ Tocantins	1.040	8.591	13.896	23.527
Total	790.009	1.206.486	895.938	2.892.433

Estoque nacional- 1.386.572 doses

12 - HÁ ALGUMA AÇÃO ESPECÍFICA EM ANDAMENTO PARA EVITAR O RETROCESSO NOS PROGRAMAS DE PREVENÇÃO AO CÂNCER E OUTRAS DOENÇAS GRAVES, COMO MENINGITE E PNEUMONIA?

Em relação as ações desenvolvidas, cumpre informar que todos dos compromissos assumidos em 2023, todos foram cumpridos ao longo de 2024, dos quais é possível citar:

- **Adoção da dose única da vacina HPV, atendendo a recomendação da OPS/OMS;**
- **Ampliação dos grupos prioritários para essa vacinação, com a inclusão de vítimas de abuso sexual de 9 a 45 anos, portadores de papilomatose respiratória recorrente de a partir de 2 anos de idade, usuários de PrEP, de 15 a 45 anos de idade. E já realizado o planejamento para a realização do resgate de adolescentes não vacinados de 15 a 19 anos de idade.**

Meningites e pneumonias: O desenvolvimento de ações como o microplanejamento em conformidade com a realidade local para ampliação do acesso às vacinas e, conseqüentemente, a melhoria das coberturas (penta, BCG, meningocócica C e ACWY) envolveu as 27 Unidades Federadas e municípios selecionados, além da ampliação dos grupos para as vacinas meningocócica ACWY e pneumocócicas; elaboração e publicação das *Diretrizes para enfrentamento das meningites até 2030* / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente. As informações estão disponíveis no endereço: <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/guias-e-manuais/2024/diretrizes-para-enfrentamento-das-meningites-ate-2030.pdf>.

13 - QUAIS SÃO AS ALTERNATIVAS SENDO AVALIADAS PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE PARA GARANTIR A CONTINUIDADE DAS CAMPANHAS DE IMUNIZAÇÃO, CASO O DESABASTECIMENTO PERSISTA POR MAIS TEMPO?

Conforme mencionado anteriormente, não há escassez generalizada de vacinas no Brasil e diversas ações foram realizadas para normalizar os estoques que estavam críticos e, atualmente, normalizados.

As medidas adotadas foram a busca por fornecedores diversos, tanto no mercado nacional quanto internacional, com quantitativos e tempos de entrega conforme a necessidade deste Ministério.

14 - O MINISTÉRIO ESTÁ CONSIDERANDO PARCERIAS COM OUTRAS INSTITUIÇÕES, ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS OU EMPRESAS PARA ACELERAR A PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DAS VACINAS QUE ESTÃO EM FALTA?

O Ministério da Saúde buscou celebrar parcerias com fornecedores detentores de registros ativos no país, avaliando a disponibilidade de fornecimento dos insumos. Adicionalmente, foram realizadas aquisições complementares por intermédio do Fundo Rotatório da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), junto a fornecedores previamente pré-qualificados pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

Em tempo, destaca-se, novamente, que o Ministério da Saúde dispõe de orçamento garantido, contratos vigentes e cronogramas de entrega definidos com os fornecedores para todas as vacinas integrantes do calendário nacional de imunização.

15 - COMO O MINISTÉRIO DA SAÚDE GARANTE QUE A POPULAÇÃO ESTÁ SENDO ADEQUADAMENTE INFORMADA SOBRE O DESABASTECIMENTO E AS MEDIDAS QUE ESTÃO SENDO TOMADAS PARA MITIGAR OS EFEITOS DESSA CRISE?

O Ministério da Saúde divulga periodicamente, por meio de seu sítio eletrônico oficial, informes acerca da situação de distribuição e abastecimento de imunobiológicos destinados aos entes federativos. Ademais, realiza reuniões mensais com representantes dos estados e municípios, por intermédio do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass) e do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems), ocasião em que o tema é regularmente discutido.

16 - A FALTA DE INFORMAÇÕES CLARAS PODE GERAR INSEGURANÇA E DESCONFIANÇA NA POPULAÇÃO. QUAIS AÇÕES O MINISTÉRIO ESTÁ TOMANDO PARA MANTER OS CIDADÃOS INFORMADOS E EVITAR A DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÕES EQUIVOCADAS?

O Ministério da Saúde tem promovido campanhas de conscientização, abrangendo ações publicitárias e iniciativas direcionadas ao incentivo da adesão da população às práticas de imunização, com o objetivo de ampliar as coberturas vacinais e assegurar a prevenção de doenças imunopreveníveis.

17 - QUAL É A AVALIAÇÃO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE SOBRE O IMPACTO DESSA ESCASSEZ DE VACINAS NA POPULAÇÃO MAIS VULNERÁVEL, COMO CRIANÇAS, IDOSOS E PESSOAS COM COMORBIDADES?

O Ministério da Saúde dispõe de orçamento garantido, contratos vigentes e cronogramas de entrega definidos com os fornecedores para todas as vacinas

integrantes do calendário nacional de imunização. Ademais, a Pasta realiza, de forma regular, o envio mensal de imunobiológicos aos estados, os quais são responsáveis por abastecer os municípios. Não se verifica, portanto, a existência de escassez de vacinas no território nacional.

18 - COMO O DESABASTECIMENTO PODE AFETAR ESPECIALMENTE ESSES GRUPOS E QUAIS MEDIDAS ESTÃO SENDO TOMADAS PARA GARANTIR QUE CONTINUEM RECEBENDO A PROTEÇÃO NECESSÁRIA?

Informamos que, para assegurar a proteção necessária, o Ministério da Saúde tem adotado diversas medidas, como a celebração de contratos plurianuais, que possibilitam o ajuste dos quantitativos; contratos por meio de licitações, com a execução de atas, que permitem a adequação das quantidades conforme a demanda identificada; e compras complementares por meio do fundo rotatório da Organização Pan-Americana da Saúde. Esclarecemos que não há falta de vacinas, e a distribuição contingenciada de algumas delas se deve a imprevistos, como atrasos no cronograma de entregas ou questões relacionadas ao controle de qualidade.

19 - QUAIS MEDIDAS O MINISTÉRIO ESTÁ ADOTANDO PARA GARANTIR QUE O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS) TENHA OS RECURSOS NECESSÁRIOS PARA MANTER AS CAMPANHAS DE VACINAÇÃO E COMBATER OS SURTOS DE DOENÇAS EVITÁVEIS?

A pasta dispõe de orçamento previamente aprovado para a aquisição de todos os imunobiológicos destinados ao Sistema Único de Saúde (SUS), sendo que as distribuições de doses aos estados ocorrem em periodicidade mensal. Em situações de estoque crítico, são adotadas medidas alternativas, como substituições no esquema vacinal, a fim de assegurar a cobertura vacinal da população e evitar a ocorrência de surtos de doenças.

20 - EXISTE ALGUM PLANO DE CONTINGÊNCIA CASO O DESABASTECIMENTO PERSISTA, PARA QUE AS VACINAS CONTINUEM A SER DISTRIBUÍDAS DE FORMA EQUITATIVA EM TODO O PAÍS?

Em situações de restrição ou desabastecimento de estoques, são implementadas medidas emergenciais, tais como a realização de aquisições em caráter excepcional junto a fornecedores disponíveis, sejam nacionais ou internacionais, bem como a substituição por imunobiológicos equivalentes que assegurem a proteção da população contra doenças imunopreveníveis.

3. Ante o exposto, assentimos com o teor da manifestação técnica desta Secretaria e restituímos os autos, para as providências subsequentes.

4. Colocamo-nos à disposição para outros esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente,

ETHEL MACIEL

Secretária de Vigilância em Saúde e Ambiente



Documento assinado eletronicamente por **Ethel Leonor Noia Maciel, Secretário(a) de Vigilância em Saúde e Ambiente**, em 24/12/2024, às 10:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.saude.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0045201730** e o código CRC **2F95C423**.

Referência: Processo nº 25000.175643/2024-12

SEI nº 0045201730



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Primeira-Secretaria

Ofício 1ªSec/RI/E/nº 404

Brasília, 25 de novembro de 2024.

A Sua Excelência a Senhora
NÍSIA TRINDADE
Ministra de Estado da Saúde

Assunto: **Requerimento de Informação**

Senhora Ministra,

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, encaminho a Vossa Excelência cópia(s) do(s) seguinte(s) Requerimento(s) de Informação:

PROPOSIÇÃO	AUTOR
Requerimento de Informação nº 4.111/2024	Deputada Julia Zanatta
Requerimento de Informação nº 4.121/2024	Deputado Dr. Zacharias Calil
Requerimento de Informação nº 4.125/2024	Deputado Capitão Alberto Neto
Requerimento de Informação nº 4.128/2024	Deputado Gustavo Gayer
Requerimento de Informação nº 4.129/2024	Deputada Laura Carneiro
Requerimento de Informação nº 4.135/2024	Deputado Diego Garcia
Requerimento de Informação nº 4.138/2024	Deputado Capitão Alberto Neto
Requerimento de Informação nº 4.143/2024	Deputado Ruy Carneiro
Requerimento de Informação nº 4.150/2024	Deputada Rogéria Santos
Requerimento de Informação nº 4.154/2024	Deputado Capitão Alberto Neto
Requerimento de Informação nº 4.156/2024	Deputado Alex Manente
Requerimento de Informação nº 4.157/2024	Deputado José Medeiros

Por oportuno, solicito, na eventualidade de a informação requerida ser de natureza sigilosa, seja enviada também cópia da decisão de classificação proferida pela autoridade competente, ou termo equivalente, contendo todos os elementos elencados no art. 28 da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), ou, caso se trate de outras hipóteses legais de sigilo, seja mencionado expressamente o dispositivo legal que fundamenta o sigilo. Em qualquer caso, solicito ainda que os documentos sigilosos estejam acondicionados em invólucro lacrado e rubricado, com indicação ostensiva do grau ou espécie de sigilo.

Atenciosamente,

Deputado LUCIANO BIVAR
Primeiro-Secretário

- NOTA: os Requerimentos de Informação, quando de autorias diferentes, devem ser respondidos separadamente.

/LMR



Documento assinado por:
27/11/2024 11:34 - Dep. LUCIANO BIVAR
Selo digital de segurança: 2024-VVKU-DOVL-NWUN-ANXI



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº _____, **DE 2024.**
(Do Sr. Gustavo Gayer)

Solicita informações a Sr.^a Ministra da Saúde, a respeito da notícia que pelo menos 11 estados e o Distrito Federal, enfrentam o desabastecimento de vacinas contra várias doenças.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Ex^a., com base no art. 50§, 2º, da Constituição Federal, e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas a Senhora Ministra da Saúde, informações quanto a notícia que pelo menos 11 estados e o Distrito Federal, enfrentam o desabastecimento de vacinas contra várias doenças.

Com o objetivo de instruir as informações relativas a este requerimento de informações e, também, tendo como base os informativos veiculados pela imprensa, solicito que sejam respondidos os seguintes questionamentos:

- 1- Quais são as causas principais para o desabastecimento de vacinas em tantos estados e no Distrito Federal?
- 2- Há problemas logísticos no processo de distribuição ou questões relacionadas ao fornecimento de vacinas por parte dos fabricantes? Quais ações o Ministério da Saúde está tomando para resolver essas falhas?
- 3- Qual é o impacto previsto desse desabastecimento nas campanhas de vacinação em andamento?
- 4- Como o Ministério está lidando com a interrupção na aplicação das vacinas e qual será o impacto na proteção coletiva da população, especialmente contra doenças como o sarampo e a rubéola, que já mostraram um





aumento no número de casos devido à baixa cobertura vacinal?

- 5- Em relação à vacinação contra a Covid-19, qual é a estratégia do Ministério da Saúde para garantir a continuidade da imunização, especialmente em grupos vulneráveis e nas regiões mais afetadas?
- 6- A falta de vacinas pode afetar a continuidade da imunização e dificultar o controle de novas variantes do vírus. Como o Ministério pretende garantir que todos os cidadãos, especialmente os mais vulneráveis, continuem sendo vacinados de forma eficiente e oportuna?
- 7- Qual é a previsão para a regularização do fornecimento de vacinas, especialmente aquelas que estão com estoques críticos, como as vacinas contra meningite, pneumonia, HPV e outras doenças graves?
- 8- O Ministério possui um cronograma para resolver a escassez dessas vacinas e evitar que a interrupção da imunização leve a surtos e ao aumento de doenças preveníveis?
- 9- Como o Ministério da Saúde está comunicando e coordenando com os governos estaduais e municipais sobre o desabastecimento de vacinas?
- 10-Quais medidas estão sendo tomadas para garantir que as unidades de saúde sejam adequadamente abastecidas e para que não haja disparidade no acesso à vacinação entre as regiões do país?
- 11-O desabastecimento de vacinas contra doenças como o HPV pode comprometer os esforços do Brasil para reduzir o câncer cervical, especialmente entre adolescentes e jovens adultos. Quais estratégias o Ministério da Saúde tem para garantir que essa vacinação não seja prejudicada?





- 12-Há alguma ação específica em andamento para evitar o retrocesso nos programas de prevenção ao câncer e outras doenças graves, como meningite e pneumonia?
- 13-Quais são as alternativas sendo avaliadas pelo Ministério da Saúde para garantir a continuidade das campanhas de imunização, caso o desabastecimento persista por mais tempo?
- 14-O Ministério está considerando parcerias com outras instituições, organizações internacionais ou empresas para acelerar a produção e distribuição das vacinas que estão em falta?
- 15-Como o Ministério da Saúde garante que a população está sendo adequadamente informada sobre o desabastecimento e as medidas que estão sendo tomadas para mitigar os efeitos dessa crise?
- 16-A falta de informações claras pode gerar insegurança e desconfiança na população. Quais ações o Ministério está tomando para manter os cidadãos informados e evitar a disseminação de informações equivocadas?
- 17-Qual é a avaliação do Ministério da Saúde sobre o impacto dessa escassez de vacinas na população mais vulnerável, como crianças, idosos e pessoas com comorbidades?
- 18-Como o desabastecimento pode afetar especialmente esses grupos e quais medidas estão sendo tomadas para garantir que continuem recebendo a proteção necessária?
- 19-Quais medidas o Ministério está adotando para garantir que o Sistema Único de Saúde (SUS) tenha os recursos necessários para manter as campanhas de vacinação e combater os surtos de doenças evitáveis?
- 20-Existe algum plano de contingência caso o desabastecimento persista, para que as vacinas





continuem a ser distribuídas de forma equitativa em todo o país?

Por fim, solicita-se o fornecimento de informações complementares que a senhora Ministra da Saúde entenda como pertinentes, que ajudem a esclarecer as razões do desabastecimento de vacinas e entender as medidas que estão sendo tomadas pela pasta, para garantir que a população continue protegida.

JUSTIFICAÇÃO

A notícia de que pelo menos 11 estados e o Distrito Federal enfrentam desabastecimento de vacinas contra diversas doenças é extremamente preocupante e traz sérios riscos para a saúde pública no Brasil. A falta de vacinas essenciais contra doenças como a Covid-19, meningite, pneumonia, HPV, sarampo, caxumba e rubéola, entre outras, coloca em risco não apenas a proteção individual, mas também a imunidade coletiva de nossa população.

Conforme informações divulgadas na mídia¹, onze estados e o Distrito Federal relatam falta de vacinas, mostra levantamento da coluna junto às secretarias estaduais de Saúde. São eles: Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Tocantins. Há desabastecimento de vacinas contra Covid-19, meningite, pneumonia, HPV, sarampo, caxumba e rubéola, entre outras.

Outros três estados (Acre, Maranhão e Rio de Janeiro) relataram o desabastecimento de imunizantes ao longo de 2024, mas indicaram que a situação hoje estaria normalizada. Bahia, Ceará e Espírito Santo negaram o desabastecimento, e nove estados (Alagoas, Amapá, Amazonas, Mato Grosso do Sul, Pernambuco, Piauí, Rondônia, Roraima e Sergipe) não responderam aos questionamentos.

¹ <https://www.metropoles.com/colunas/tacio-lorran/ministerio-saude-vacinas>





Além da falta de vacinas no país, a coluna revelou na semana passada que o Ministério da Saúde incinerou 10,9 milhões de vacinas em 2024, após deixar vencer o prazo de validade. A maior perda se refere a imunizantes da Covid-19, mas há também doses para febre amarela, tétano, gripe e outras doenças. A quantidade de imunizantes desperdiçados deve ser maior ainda, uma vez que o estoque do Ministério da Saúde armazena outras 12 milhões de doses que já venceram, mas ainda não foram incineradas. Na ocasião, o Ministério da Saúde assegurou, em nota, que *“não há falta de vacinas no país”*. No entanto, o levantamento feito pela coluna revela o contrário.

Salienta-se, que as vacinas desempenham um papel fundamental na prevenção de doenças que, sem a devida cobertura vacinal, podem gerar surtos de epidemias, sobrecarregar o sistema de saúde e, em casos graves, resultar em óbitos. A interrupção ou escassez de vacinas pode levar ao retorno de doenças que estavam sob controle há anos, como o sarampo e a rubéola, cujas taxas de vacinação já estavam em níveis satisfatórios antes do atual cenário de desabastecimento. O impacto dessa crise no fornecimento de vacinas pode ser catastrófico, principalmente em um contexto já fragilizado pela pandemia da Covid-19 e pela constante pressão sobre os serviços de saúde.

Ademais, o desabastecimento de vacinas contra a Covid-19, ainda com variantes circulando em várias regiões, é particularmente alarmante. Embora o país tenha avançado significativamente na vacinação em massa, a falta de doses pode prejudicar os esforços para alcançar a imunidade coletiva, aumentando o risco de novas ondas de contágio e dificultando o controle da pandemia. O acesso contínuo à vacinação é essencial para consolidar os avanços conquistados na luta contra o vírus e para proteger as populações mais vulneráveis.

Em relação a outras vacinas, como a contra a meningite e pneumonia, a escassez representa uma ameaça adicional, especialmente para crianças e adolescentes, que são os grupos mais vulneráveis a essas doenças. A falta de vacinas contra o HPV, por exemplo, compromete os esforços para reduzir os índices de câncer cervical, que é um dos mais frequentes entre





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal **GUSTAVO GAYER** – PL/GO

mulheres no Brasil. Cada dose que deixa de ser administrada é um passo atrás no controle de doenças potencialmente graves, com impactos que podem ser sentidos nas próximas décadas.

Por fim, a falta de vacinas é também uma demonstração clara da fragilidade do nosso sistema de saúde pública e da necessidade urgente de soluções que garantam a continuidade e o fortalecimento da rede de imunização no país. A população brasileira tem o direito de ser protegida contra doenças preveníveis e o Estado tem o dever de garantir o fornecimento contínuo de vacinas de forma equitativa e sem interrupções.

Pelo exposto, é imprescindível que o Ministério da Saúde e os governos estaduais tomem medidas imediatas para resolver a crise de desabastecimento, garantindo que as vacinas essenciais estejam disponíveis em todos os postos de saúde.

Sala das Sessões, de de 2024.

Deputado **GUSTAVO GAYER**
(PL/GO)

